

ESTADO, PODER E SOCIEDADE CIVIL: A FARSUL E A REFORMA AGRÁRIA NA CONCENTRAÇÃO RURAL DE SANTA MARIA (1962)

Autor: Flavio Correia Nardy¹

História Social da Propriedade: Embates da Luta Pela Terra no Estado Democrático de Direito

Resumo

A Reforma Agrária nos anos 1960, no contexto de consolidação da Guerra Fria, pós-Revolução Cubana estava em disputa em toda a América Latina. Os setores da classe dominante passaram a defendê-la como forma de combater o avanço dos setores sociais organizados da classe dominada. No Brasil, o debate sobre as reformas de base figurava entre os mais polêmicos e mais controversos. Havia sérias divergências entre os projetos apresentados. Assim, conforme os rumos que a Reforma Agrária tomaria, acabaria por selar os destinos da questão fundiária. Nesta conjuntura, a FARSUL, principal entidade de classe patronal dos proprietários rurais do Rio Grande do Sul, se mostrava alinhada às táticas políticas que vinham sendo tomadas por grande parte das classes dominantes, tanto norte-americanas quanto latino-americanas, passando a defender uma reforma agrária nos moldes que estes setores apresentavam. Neste sentido, passam a defender que houvesse uma modernização do latifúndio e que, sobretudo, ocorresse distribuição de terras, com exceção das terras públicas no Centro-Oeste e Norte do País, optando assim pela colonização. Em meio a tudo isso, a FARSUL realizou, em 1962, a Concentração Rural de Santa Maria, a qual buscava a conformação de amplos setores da sociedade em torno deste projeto.

Problema de Pesquisa

A Questão Agrária se apresenta hoje como um dos principais problemas brasileiros, pois, ao longo de sua História uma opção política acabou por privilegiar as classes dominantes, principalmente, as que historicamente se relacionam diretamente à terra, aos grandes proprietários. Com isso, na formação social brasileira a terra pouco foi distribuída.

Ao longo do tempo, os problemas no campo só se agravaram, havendo uma grande expulsão dos trabalhadores rurais, sobretudo para os centros urbanos. Ao mesmo tempo, isso fez com que os problemas nas cidades crescessem desproporcionalmente à estrutura que estas apresentavam.

Já os ruralistas, hoje, inclusive, argumentam que a Reforma Agrária é uma questão superada e que não é mais necessária. Deste modo, o que faz desse discurso uma recorrência entre estes setores sociais? Será que este discurso foi sempre presente historicamente? Do ponto de vista de tática política, estes setores, em algum momento histórico, defenderam a Reforma Agrária? Se sim, que modelo era defendido, quais os objetivos dessa defesa e em qual contexto político esse discurso se fez necessário? Assim, são com estas perguntas é que nos colocamos a pensar o problema desta

¹ Universidade Federal de Santa Maria, pós-graduando no mestrado em História, Poder e Cultura, mautogrosso55@gmail.com. Este trabalho foi orientado pelo Prof. Dr.º Diorge Alceno Konrad do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, contudo, estou no momento sendo orientado no mestrado em História pela Prof. Dr.º Glaucia Vieira Ramos Konrad.

pesquisa. De que forma as classes dominantes assumem um discurso em prol da Reforma Agrária?

Já para este trabalho interessa pesquisar como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), na conjuntura dos anos 60, pré-golpe civil militar de 1964 sustentou o debate sobre a Reforma Agrária? Esta questão se relaciona ao entendimento de como esta entidade de proprietários de terra desenvolveram mecanismos para a construção de consenso e convencimento entre os setores das classes dominantes e das classes dominadas, bem como se baseava seu discurso em defesa desta questão?

A análise deste se deterá nas posições da FARSUL com relação à Reforma Agrária a partir da Concentração Rural em Santa Maria, ocorrida no ano de 1962, tendo como referência os textos do Jornal *Correio do Povo*.

Para entender os problemas do objeto de pesquisa, foi eleito um marco teórico-metodológico através das análises que Virginia Fontes faz a respeito do sociedade civil no anos 60. Já como fontes de pesquisa foram escolhidas a análise do periódico, aliada a fontes bibliográficas que tratam do tema em questão.

A sociedade civil e os mecanismos de tomada de poder do Estado

Para iniciar a análise, serão feitos alguns apontamentos a respeito das questões teórico-metodológicas que envolvem a pesquisa. Neste sentido, inicialmente, são levantadas algumas considerações de Virginia Fontes, segundo esta autora “foi na brecha e nas contradições da expansão imperialista no pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto da chamada Guerra Fria, que uma complexa, quando uma desigual e contraditória, mas impactante expansão do conjunto das relações sociais capitalistas ocorreu no Brasil”.² A autora diz que este processo não irá se limitar a um desenvolvimento industrial ou a uma concentração de capitais, os quais também ocorreram. Além disso, não pode ser descrito unicamente através de forte dependência econômica, político e militar perante os países predominantes, em especial os Estados Unidos. Assim como não é suficiente, apesar de verdadeiro, o forte papel desempenhado pelo Estado, induzindo o processo de industrialização, e apoiando a grande propriedade, rural ou urbana, contra as pressões populares. Para a pesquisadora:

É preciso ir além e incorporar uma enorme série de outros fatores, como o avanço das expropriações originárias, que persistiu e se aprofundou na segunda metade do século XX; a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da expropriação de terras pela grande propriedade (através dos mais escabrosos procedimentos, sempre com apoio estatal) e do deslocamento de populações que, mais ou menos expropriados alhures, partiam como colonizadoras, em busca da miragem da propriedade agrária, e que em muitos casos se converteu na mão de obra necessária para os grandes empreendimentos; uma nova sociabilidade de cunho mercantil, generalizada sob intensas contradições e, finalmente, profundas mudanças culturais.³

Virgínia Fontes irá dar ênfase ao papel da organização política e cultural das diferentes frações das classes dominantes e sua penetração no Estado. Ao mesmo tempo, a autora ressalta que a existência de contradições e tensões entre estas receberam

² FONTES, 2010, p. 218.

³ Idem cit. 3 p. 218-219.

sempre grande destaque e apareciam nas chamadas grandes “questões nacionais”, como o debate sobre a “modernização” dos setores tidos, como essenciais. A respeito disso, Fontes destaca que:

A grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes diante de situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta se encontravam-se libertos de peias para expandir-se. Em conjunto, reproduziam os padrões de dominação truculenta historicamente vigentes, admitindo apenas escassos elementos de incorporação das grandes massas da população.⁴

Para complementar esta ideia, destaca-se o resgate que Fontes fez a respeito do trabalho de René Armand Dreifuss, no livro *1964: a conquista do Estado* (1987). Assim, para Virgínia Fontes, Dreifuss demonstrou a existência, antes de 1964, de extensa rede de organizações empresariais que, não por coincidência, eram agrupadas e dirigidas por pessoas muito próximas a (ou mesmo diretamente financiadas) entidades estadunidenses, reunidas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Além disso, o cientista político demonstrou como estas entidades se articularam, no âmbito do Estado, especialmente no terreno militar, sobretudo através da Escola Superior de Guerra⁵. Assim, para Virgínia Fontes, estas entidades:

[...] exerceram na ocasião, intenso trabalho de preparação ideológica e cultural, com a realização e difusão de filmes, de panfletos, tradução e publicação – a módico custo – livros, etc., e aparelharam-se para a efetiva conquista do Estado, em nome da “democracia ocidental” e do “livre mercado”. Ferozmente contrárias à expansão de direitos que as lutas sociais dos anos 1961-1964 prefiguravam, utilizaram-se amplamente da difusão do medo (que efetivamente as assaltava), contra qualquer alteração no estatuto de propriedade no Brasil, em especial na propriedade da terra. Foram auxiliadas pelo clássico social-conservadorismo católico brasileiro. Ainda que não tenham diretamente realizado o golpe, Dreifuss demonstra como organizaram e apoiaram e, assim, puderam imediatamente ocupar os postos centrais do Estado, reformatando-o segundo seus interesses.⁶

Fontes completa que o trabalho de Dreifuss, “ao mostrar o crescimento da sociedade civil no Brasil – como forma de organizar o convencimento social – mostra que esta era majoritariamente composta de setores das classes dominantes e não hesitava na utilização aberta da coerção de classe”:

[...] tais entidades visam a conformação dos Estados. Atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os

⁴ Idem cit. 3 p. 219.

⁵ Idem cit. 3 p. 225.

⁶ Idem cit. 3 p. 225-226.

conflitos burgueses interpares; treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações.⁷

O convencimento, como vimos anteriormente, cumpre um papel essencial para a conquista do poder. Mas de que forma ele se consolida nessa relação entre Estado e sociedade civil? O que a autora aponta é que este se consolida em duas direções: a primeira, é dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais. A segunda, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil reforçada a partir do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia.

Do mesmo modo, a autora diz que não tem como isolarmos o terreno do consenso e do convencimento, ou então, imaginarmos uma sociedade civil idealizada, onde no âmbito da coerção e da violência não se encontrem estreitamente relacionadas. Assim, como explica Mendonça *apud* Fontes, cabe ao pesquisador verificar:

quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas.

Para ressaltar esta questão ainda, neste caso, a partir da análise de Virginia Fontes, a dominação de classes irá se dar através da capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. Assim, o vínculo entre sociedade civil e Estado explicará como a dominação acontece em todos os espaços sociais, através da educação pelo consenso, e do forjamento de um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e da formulação de formas estatais da coerção aos renitentes.⁸

O raciocínio desta autora também traz outra indicação com relação a esta temática, Fontes argumenta que, “não há isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, e onde se forjam agregações de interesses e vontades, logo, se produz a subordinação fundamental”.⁹ Por conseguinte, “a sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento”.¹⁰

Concentração Rural de Santa Maria (1962)

⁷ Idem cit.3, p. 176.

⁸ Idem cit. 3, p. 137

⁹ Idem cit. 3, p. 137.

¹⁰ Idem cit. 3, p. 137.

As análises que serão realizadas neste capítulo têm por intenção investigar de que forma a FARSUL pensava seu projeto de reforma agrária. Para tanto, foi escolhida como principal fonte as deliberações e discussões sobre a Reforma Agrária da Concentração Rural de Santa Maria, ocorrida em janeiro de 1962.

Antes de iniciar a análise, far-se-á alguns apontamentos sobre o contexto no qual foi realizada a Concentração Rural em Santa Maria. Neste sentido, são apresentadas as reflexões formuladas por Lameira a respeito das lutas sociais pelas reformas de base e como se deu a reação dos conservadores no Rio Grande do Sul. Segundo este autor “a reforma agrária, no Rio Grande do Sul, foi o tema mais presente, controverso e polêmico, em termos dos debates acerca das reformas sociais ou as chamadas reformas de base”¹¹. Assim, o autor afirma que:

não é difícil imaginar por que um estado que têm sua formação histórica, econômica, política e cultural, baseada no latifúndio e na grande propriedade da terra, com uma classe dominante “ruralista” muito bem organizada em torno do seu órgão de representação, a FARSUL, entidade modelo e destaque na organização nacional, junto à Confederação Rural Brasileira (CRB). Aliás, a consciência dos interesses comuns tanto dos latifundiários, que se auto-reconheciam como “ruralistas”, são notáveis. Foram, conseguintes, atores fundamentais nas campanhas contra os comunistas e seus supostos cúmplices, Leonel Brizola e João Goulart.

Lameira destaca também o apoio do *Correio do Povo*. Assim, o autor irá demonstrar que este jornal “publicava constantemente entrevistas (deixadas de lado aqui) ou manifestações sobre a reforma agrária, mas todas com o mesmo sentido de fundo. Publicar opiniões e “estudos” apenas dos próprios ruralistas, afirmando-os como confiáveis, imparciais e legítimos”.¹² Vale acompanhar raciocínio: “em virtude destes debates, a FARSUL já bastante ativa, intensificou suas ações. Além da formação de grupos de estudos sobre reforma agrária, preparou com grande repercussão e antecedência uma concentração rural na cidade de Santa Maria, com o objetivo de “congraçamento e união da classe rural””.¹³ Assim, é neste clima que se inicia a Concentração Rural de Santa Maria, como indica Lameira:

A concentração rural, iniciada em 6 de janeiro de 1962, contando com mais de 1000 convencionais, e realizada na Escola Olavo Billac, em Santa Maria, foi formada por delegações de todas as associações rurais do estado, contando com considerável respaldo político da classe e de políticos ligados ao ruralismo. Teve como principal tema, como poderia se imaginar, a Reforma Agrária. Tal concentração foi responsável pelas diretrizes da atuação da classe naquela conjuntura política em que as reformas sociais eram amplamente reivindicadas, sendo expressas na carta de princípios divulgada pela FARSUL e nos inúmeros depoimentos e discursos políticos e ações concretas que tomaram corpo no pré-64¹⁴.

¹¹ LAMEIRA, 2008, p. 76

¹² Idem cit. 12, p.76.

¹³ Idem, cit. 12, p. 76.

¹⁴ Idem, cit. 12, p. 76

Um ponto em destaque para Lameira, que merece nossa atenção, é a respeito dos objetivos desse encontro. Segundo o autor, “fica claro, portanto, que o objetivo do Congresso era organizar e unificar os interesses dos grandes proprietários para combater a legitimidade social das demandas por reformas de base, em especial da reforma agrária, coordenar a defesa de seus interesses de classe e intervir como força política”.¹⁵

A Concentração Rural de Santa Maria é um encontro que terá grande importância nas decisões tomadas pela FARSUL nos anos seguintes a 1962. Portanto, é preciso entender quais desdobramentos vão ser tomados a partir do encontro dos ruralistas da FARSUL e de que forma esta federação busca construir consenso e convencimento em torno de seu projeto para a Reforma Agrária que busquem tanto atingir as classes dominantes quanto as classes dominadas, ou seja, como se dá a construção de hegemonia em torno deste problema.

Em defesa da paz social e do patrimônio econômico do Estado e da Nação

É com grande atenção que se era esperada a Concentração Rural de Santa Maria. Para a realização do evento, os primeiros anúncios conclamavam: “RURALISTA de todos os municípios e do Estado, compareça à CONCENTRAÇÃO DE SANTA MARIA, nos próximos dia 6 e 7 de janeiro. Associações, Cooperativas, Instituições de Assistência Social e Cultural, Comércio, Indústria e Órgãos Creditícios, com atividades correlatas, estejam presentes, todos unidos em defesa da paz social e do patrimônio econômico do Estado e da Nação”.¹⁶

Como se pode observar, a FARSUL, ao anunciar seu encontro, criava um clima de unidade em torno de suas reivindicações, apontando para a necessidade de se organizar em defesa de um ideal comum. No entanto, esse discurso, como podemos ver, tinha um objetivo bem claro, que caminhava em duas direções: convencer outros setores da sociedade para lutar em defesa da questão agrária e ampliar sua hegemonia, para além dos setores que faziam parte das classes dominantes, diga-se aqui, a pequena burguesia. É interessante notar que ela se utilizava tanto de um discurso humanitário quanto de um discurso em defesa da questão regional e nacional. A mensagem que ela passava procurava não dar nenhum apontamento político para estas questões, simplesmente deixando no ar seus verdadeiros interesses.

Já em outro anúncio que a FARSUL fez do encontro ruralista, mostrava quais problemas seriam centrais para a entidade: reforma agrária, crédito rural e associativismo.¹⁷ Além disso, mostrava como se daria a organização e a dinâmica do mesmo, e quais instâncias as contribuições debatidas teriam que passar e seguir adiante para ganhar algum tipo de efetividade prática.¹⁸

Contudo, o que este fato demonstra é que ao final das contas, a concentração rural, também estava preocupada com os rumos que estas questões estavam tomando tanto em nível regional quanto nacional, e que era preciso disputar sua direção.

Vemos claramente isso na forma em que ela se movimenta, não se dá de forma individual, mas sim de forma coletiva. Todas as decisões tinham que passar em certa

¹⁵ Vale aqui apontar que isso é uma clara demonstração da construção de hegemonia em cima das classes subordinadas, as quais, naquele momento, buscavam alternativas para romper o cerco das classes dominantes.

¹⁶ *Correio do Povo*, 3 de janeiro de 1962, p.20 AHMSM.

¹⁷ *Correio do Povo*, 3 de janeiro de 1962 p. 19-20. AHMSM.

¹⁸ Neste caso, a matéria indica que após o recebimento das contribuições dos ruralistas, estas serão submetidas à consideração do plenário, serão encaminhadas às comissões de estudos da FARSUL e, posteriormente, aos poderes executivo e legislativo da União, através da VI Conferência Rural Brasileira.

medida por instâncias organizativas, que respeitassem certo nível de hierarquia. Neste caso, vemos um sistema complexo e que, em certa medida, acabava agindo como um partido político. Assim como estas decisões tinham um fim em si mesmo, no caso, a disputa do poder do Estado, ou seja, elaborando projetos na busca de pautar suas ações para os poderes estatais. E agiam através de uma organização de nível nacional, a CRB, demonstrando mais uma vez, o poder de organização dessas entidades.

Outro elemento deste sistema, complexo de organização é que, em certa medida, estes tinham uma identidade de classe regional, no entanto, não deixavam de atuar em nível nacional. Isso demonstra que poderiam ter uma compreensão de que só uma organização em nível nacional era capaz de conseguir as mudanças que eles almejavam para o campo brasileiro. No entanto, essas são reflexões que ainda precisam de uma melhor comprovação empírica, um pouco mais aprofundada, que demonstrem qual a relação que a FARSUL tinha com a CRB e de que forma a CRB cumpriria o papel de instrumento político para os ruralistas brasileiros.

Saint-Pastous: as declarações do Presidente da FARSUL e seu papel como intelectual orgânico

Nesta parte, procurar-se-á trazer a contribuição sobre a Reforma Agrária de um dos intelectuais da FARSUL, no caso, seu presidente, Saint-Pastous¹⁹. Deste modo, é interessante observar o papel que este dirigente irá cumprir no que tange a disseminação de ideias dentro desta Federação rural e, em geral, como põe este debate para a sociedade.

Sobre a Reforma Agrária, o presidente da FARSUL faz seu primeiro pronunciamento no Congresso da entidade em 7 de janeiro de 1962.²⁰ Nele, ele diz que:

A Reforma Agrária atingiu o clímax na pauta e nas legendas de inquietações da consciência pública nacional, na hora presente. Entretanto, Reforma Agrária como processo normal, em base de preceitos constitucionais, não oferece razões para que dela surjam atos e reações de intranquilidade, e, muito menos, que justifiquem motivos e pretextos de agitações tendenciosas ou de conspirações subversivas. Se tais cousas ocorrem, é que estará sendo defraudado o mérito da questão, em sua essência e seus objetivos. Em certos setores há, com efeito, manifesto propósito de situar o problema da Reforma Agrária em termos de intencional contrafação na autenticidade de seus fundamentos e na legitimação dos métodos atuante, para com essas, distorções, pressionar a imposição de processos, que atentam contra preceitos constitucionais, e que abrem margens à explosão de perigosas lutas de classe. Será lícito condenar como fato irremissível, em sentido de generalização, o pressuposto espírito reacionário dos fazendeiros gaúchos? Será Razoável atribuir aos proprietários de terras a exclusiva responsabilidade no desajustamento social dos trabalhadores rurais, e no baixo índice de produção

No mesmo pronunciamento, ele chama a atenção de que:

¹⁹ Este além de presidente da FARSUL foi Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do IPESUL (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul).

²⁰ *Correio do Povo*, 7 de janeiro de 1962, p. 7. Exemplar encontrado no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O ruralismo do Rio grande do Sul despertou da posição contemplativa, não apenas da Reforma Agrária, e nem tão pouco com exclusiva preocupação de interesses próprios[...] O que se nos impõe neste momento decisivo, para os destinos da nacionalidade, é levantar a cabeça e dar um passo para a frente, empunhando nas mãos as armas pacíficas da renovação e do reajustamento de mentalidades superadas e de sistemas obsoletos de produção, em termos de produção antieconômica.²¹

As ideias deste dirigente têm duas direções de ataque. Primeiro, ataca os movimentos que defendem uma reforma agrária via divisão e distribuição de terras, argumentando que a FARSUL a defendia, porém, respeitando os princípios constitucionais, neste caso, divergindo no método e no projeto de reforma agrária. Segundo, demonstrando que existiam setores do ruralismo que precisavam acordar e atentar para esta questão, e principalmente, mudar a forma de produção, neste caso, apontando para uma solução via a modernização²² de suas áreas produtivas. Ao mesmo tempo, davam um alerta para estes de que era preciso haver esta renovação, senão, correriam o risco de ser acometidos por uma revolução violenta por partes dos setores mais “radicais” da sociedade. Para tanto, defendia que se fizesse a “Revolução da Paz” antes que se desencadeasse “a Revolução cruenta”. Sua mensagem era bem direta e provocativa, é um sinal de alerta aos ruralistas.

Também no mesmo texto encontra-se uma síntese da importância desta mensagem. O presidente Saint Pastous faz uma invocação aos homens públicos:

com exercício no Poder Executivo e nas Câmaras legislativas do Município, e do Estado e da união: aos Magistrados do Poder judiciário: às eminências do poder espiritual; aos chefes e comandantes das classes armadas: aos líderes dos partidos políticos: aos Reitores das universidades: ao magistério Superior e professorado de todas as esferas educacionais: a juventude estudantil de todos os escalões: aos homens de ciência e de cultura: aos publicistas da palavra escrita e falada: aos homens do campo, do comércio, da indústria e dos órgãos creditícios: aos funcionários de todos os quadros dos Serviços públicos e privados: aos trabalhadores de todos os setores e de todas as categorias: aos homens e mulheres do lar doméstico, esteio da família e comunidade social, e por fim, a todos os cidadãos de boa vontade, sem restrições de qualquer natureza, para, com o pensamento na Pátria, o coração aberto aos nossos semelhantes, espíritos desarmados e compreensivos, estendamos os braços, cerremos as mãos, em coletivo exame de consciência contrita perante Deus e a Humanidade.²³

Aqui, pode-se ter a dimensão que esta mensagem tinha, visando sensibilizar aos vários setores sociais, tanto das classes dominantes, quanto das classes dominadas. Assim, ele irá cumprir um papel organizativo, mobilizador e sensibilizados de outros sujeitos sociais, que naquele momento não estavam ligados a entidade ao qual ele

²¹ Idem cit. 21, p. 24.

²² Saint Pastous tem duas publicações: *O homem e a terra e A terra e o homem*. Nestas obras ele vai fazer alguns estudos que dizem respeito à questão da modernização do campo no Rio Grande do Sul FONTOURA, p.118-119.

²³ Idem, cit.21, p. 24.

dirigia. No entanto, necessariamente, a hegemonia deste se dará não em trazer estes para a sua organização, mas sim, fazê-los defender o mesmo projeto de sociedade, mesmo sem compor diretamente a organização.²⁴

Portanto, é necessário que avancemos na compreensão de quão estes dirigentes tinham papel fundamental na construção da hegemonia de classe, pois, formulavam, sintetizavam, buscavam construir consensos e adentravam por novas táticas políticas que direcionassem outros setores sociais a defender os mesmos rumos da sociedade.

Carta de Princípios dos ruralistas

É fundamental trazer à tona as deliberações que foram tiradas do Congresso em Santa Maria no que diz respeito à Reforma Agrária. Em primeiro momento, o encontro dos ruralistas buscou atentar a respeito de sua significação, afirmando que era “dever de precisar a significação do que se convencionou chamar “Reforma Agrária”, que seria, mais adequadamente designada, como “Organização Agrária” ou “Valorização da Vida Agrária”. No entanto, apontavam que como o termo “Reforma Agrária” havia ganhado universalidade e passou a representar tudo quando concernisse à modificação e renovação da estrutura agrária do País, lhe deveria ser atribuído um conteúdo que correspondesse à realidade do problema, em toda a sua riqueza”²⁵. Assim, complementam os ruralistas:

reforma agrária é o conjunto de normas e medidas destinadas a modificar e renovar a estrutura agrária, nas suas relações entre o homem, a terra e a comunidade, constituindo os elementos fundamentais para promover a crescente valorização do homem e alcançar, cada vez mais, a elevada função social da terra, respeitados os direitos primordiais da pessoa humana, dentro da concepção democrática, cristã e ocidental. Nesse complexo sócio-político-econômico, será necessário distinguir, fundamentalmente, o respeito à distribuição das terras inaproveitadas e o que concerne à reestruturação agrária, nas suas relações entre o homem, a terra e a comunidade rural. Quanto ao primeiro aspecto, o ruralismo propugna que o acesso à terra se realize, da forma mais ampla e humana, mas sempre com o respeito dos princípios jurídicos e morais que alicerçam a vida cristã e ocidental. [...] A desapropriação em massa das terras aproveitáveis conduziria ao coletivismo, ou ao absenteísmo, porque tornaria a propriedade desprezível, ao invés de desejável. Desprezada a propriedade, porque a regra seria a desapropriação, e dela desinteressado o indivíduo, teriam de organizar-se granjas coletivas, à maneira russa, talvez comunais, à maneira chinesa; ou então, o êxodo para as cidades esvaziaria os campos. Teríamos, nesse caso, a organização do trabalho forçado para os misteres agrícolas, à semelhança da Rússia e da China Continental. Em todas as épocas, o abandono da atividade agrícola vem a gerar a servidão rural. Ao tempo de Constantino, multiplicam-se os servos da gleba. Na tradição luso-brasileira e Lei das Sesmarias, de 1375 unia já, ao confisco

²⁴ Com relação a isso, indicamos os apontamentos de Pécaut *apud* Corrêa (2009, p. 21), que diz o seguinte: “os intelectuais transformam-se verdadeiramente num ator coletivo. Apresentamos, mais acima, a expressão “partido intelectual”: em muitos aspectos, este reúne de fato uma faixa considerável das camadas cultas, é portador de crenças comuns, define estratégias conjunturais, tem seus líderes e adquirem um caráter semi-organizado.

²⁵ *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962, p. 16-20. AHMSM.

punitivo das terras inproveitadas, o trabalho forçado dos lavradores e de seus filhos e netos, como dos vadios e dos turbulentos, e dos que fugiam, da terra, para os paços, as vilas e as cidades.²⁶

A respeito de possíveis ocupações de terras inapropriadas indicavam também que:

Nessa matéria de tão graves repercussões econômicas e sociais, a prioridade de colonização das terras que se encontram no vasto domínio territorial do Estado e da Nação. Essa prioridade, não importaria, como é óbvio, no deslocamento forçado de agricultores de uma região para outra do país. Cada região deveria ter o seu plano de colonização, dando-se prioridades as terras públicas e depois cogitando-se das terras particulares improdutivas; o acesso à terra, por outro lado, deveria ser facilitado pela ampla disseminação de crédito instituído especificamente para esse fim, e concedido a longo prazo, juros módicos e garantia da própria terra adquirida.

Em síntese, não negavam o uso do termo reforma agrária, mas tentavam resignificá-lo, apresentando-o com uma roupagem “moderna”, “nova”, sem, no entanto, abrir mão da propriedade privada. Ancoravam-se no respeito às leis e na Constituição, reconhecendo que a estrutura agrária precisava mudar, porém, não admitiam soluções coletivas, não aceitavam de modo algum a solução apresentada pelos movimentos sociais, os acusando de causar desinteresse pela propriedade e que se houvesse desapropriações, iria ocorrer saída em massa do campo, causando o êxodo rural para as cidades. E para justificar isso, se utilizavam de um discurso anticomunista, atacando a China e a União Soviética (Rússia). Além disso, buscavam resolver o problema fundiário através da colonização das áreas públicas, até admitindo a desapropriação de terras improdutivas, porém antes, devia-se optar pelas terras públicas.

Contudo, a solução apresentada por eles, mais tarde, com o Golpe Civil-Militar de 1964 e os desdobramentos da chamada “Revolução Verde”, tanto vão desrespeitar os princípios constitucionais, como ainda, através da modernização do campo, vão causar uma saída em massa dos pequenos produtores e trabalhadores rurais do campo. Além do mais, vão interferir diretamente nas áreas tradicionais indígenas e dos povos ribeirinhos no Centro-Oeste e Norte do país.

Sobre estas questões, Martins indica que:

Com essa mudança, a mesma legislação fundiária, o mesmo direito a propriedade que criava excedentes populacionais pobres absorvidos pela grande propriedade, passa a criar excedentes populacionais que não são absorvidos por ninguém. Começa surgir aí, efetivamente, a cara de excedente populacional dessa massa de população, os excluídos. Ela surge nas favelas, surge nas chamadas beira de rua das cidades do interior, surge nos aglomerados urbanos, nas péssimas condições de vida, invasões, cortiços, etc.[...] Muitas vezes, os homens fazem migração temporária e cíclica unicamente para não ser uma boca a mais na casa de origem. Surge assim, um enorme problema nacional que é o problema dos excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para as quais não existe lugar

²⁶ Correio do Povo, 09 de janeiro de 1962, p 16-20. AHMSM

estável de trabalho e vida, que são absorvidos pela economia marginal e precariamente.²⁷

Assim, a “modernização” se mostrou como uma solução desastrosa e conservadora, na qual os proprietários de terra rejeitaram a necessidade de fazer mudanças correspondentes e adaptativas no direito de propriedade.²⁸ Assim, “selaram, por isso, o destino do País’, condenando-nos a modernização inconclusa, a um desenvolvimento econômico excludente e a um modelo político de democracia precária e não participativa”.²⁹

Da mesma maneira, MARTINS diz que o projeto vencedor “ao invés de ter promovido uma modernização na estrutura política, apenas comprometeu-a com mecanismos poderosos de reprodução de sua rigidez e de sua impermeabilidade as reformas sociais e políticas de que o país necessitava para de fato entrar no mundo moderno”.³⁰ Por fim, como ele mesmo conclui: “o que é pior: a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, assim, fortalece os grandes proprietários e transforma o grande capital também em proprietário de terra”.³¹

Considerações Finais

Nos anos 1960, quando o campo passava por transformações que exigiam respostas dos setores organizados da sociedade, principalmente com relação às chamadas “grandes” questões nacionais, como a Reforma Agrária, a FARSUL realizou seu Congresso Rural. O encontro aconteceu na cidade de Santa Maria, em janeiro de 1962, com o objetivo de sensibilizar outros setores sociais, tanto das classes dominantes quanto das classes dominadas, com o objetivo de discutir um projeto para a questão fundiária, tanto rio-grandense quanto brasileira. Além disso, o Congresso se mostrou estratégico para criar mecanismos de consenso e convencimento para construir certa hegemonia em torno de seu projeto.

Assim, a Federação irá apresentar um projeto que vinha ao encontro com as mudanças táticas que vinham ocorrendo, nas quais os setores das classes dirigentes, tanto norte-americanas quanto latino-americanas, em um contexto de aprofundamento da chamada Guerra Fria, reforçado pela Revolução Cubana, passaram a defender a Reforma Agrária como forma de solucionar os problemas fundiários. Contudo, defenderam que esta deveria ter um caráter modernizante e não distributivo, ou seja, preconizaram uma modernização da grande propriedade e não uma distribuição de terras. Além disso, apontaram uma saída que visava a ocupação de terras públicas nas áreas com baixa densidade populacional.

A Concentração Rural de Santa Maria, sem dúvida, foi um marco para os ruralistas gaúchos, pois dali serão tiradas várias linhas de atuação, tanto em nível estadual quanto nacional, os quais passarão a disputar mais diretamente o projeto de Reforma Agrária frente ao Estado. Além disso, sem sombra de dúvidas, este encontro terá real importância nos rumos que a Reforma Agrária iria tomar, tanto a nível local quanto a nível nacional, passando a ser de caráter conservador e abrindo caminhos para legitimação do que iria mais tarde acontecer com o Golpe Civil-Militar de 1964, selando

²⁷ MARTINS, 1998, p. 22.

²⁸ Idem, cit. 27, p. 23.

²⁹ Idem, cit. 27, p.24.

³⁰ Idem cit. 27, p. 34

³¹ Idem cit. 27, p. 35.

o destino de uma grande parcela de camponeses, os quais passaram a ter o acesso à terra negado.

Por fim, é necessário enfatizar que a pesquisa sobre estas questões ainda precisa ser aprofundada. Há que se progredir no tratamento das fontes utilizadas e também ampliá-las, buscando avançar no conhecimento sobre esta entidade e conhecer melhor sua forma de atuação junto ao Estado e os sujeitos sociais que a construíram e a constroem. Torna-se importante também aprofundar as pesquisas sobre a compreensão de como outros setores sociais se relacionaram com a FARSUL, tanto os setores da classe dominante quanto das classes dominadas, e de como se deu a recepção das ideias da entidade por essas classes. Só assim poderemos dar uma resposta mais concreta às dúvidas que surgiram e ficaram abertas ao longo desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Paulo Rogério da Rosa. *Os intelectuais e a democracia no Brasil: a visão de Carlos Nelson Coutinho*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: Curso de Ciências Sociais – Licenciatura Plena e Bacharelado - UFSM, 2009.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. *Agricultura da Associação à Modernização*. In: GOLIN, Tau & BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral) Diretor do Volume GERTZ René.- Passo Fundo: Méritos, 2007.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande Do Sul*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: Curso de História – Licenciatura Plena e Bacharelado - UFSM, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STEDILLE, João Pedro. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Documentos Transcritos

Correio do Povo. Anúncio da Concentração Rural de Santa Maria. Porto Alegre: 3 de janeiro de 1962, p.19-20, AHMSM.

_____, *Declaração do Presidente da FARSUL*. Porto Alegre: 7 de janeiro de 1962, p.20 AHMSM

_____, *Carta de Princípios*. Porto Alegre: 9 de janeiro de 1962, p.20 AHMSM.